



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

7869

Presidente da Mesa Diretora: Athos Mameluque Mota

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Impostos, Multas e Taxas (aplicação e cancelamento)

Autoria: Executivo Municipal

Data: 23/06/2009

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 063/2009. Dispõe sobre a isenção do pagamento de IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, aos imóveis locados por Templos Religiosos no município de Montes Claros, e dá outras providências.

Controle Interno – Caixa: 13

Posição: 40

Número de folhas: 07

Espécie: PL
Categoria: Imposto
CX: 13
Ordem: 40
nº fls: 05



55/2009
04-08-2009

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 063/2009

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Concessão de Isenção do Pagamento de IPTU aos Imóveis Locados por Templos Religiosos e dá Outras Providências.

MOVIMENTO

Entrada em 23/06/2009

Comissão de Legislação e Justiça e Finanças Orçamento e Tomada de Contas

- 1 -
- 2 - VIS TRES POR 3 DIAS em 07.07.2009
- 3 - APROVAÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 4 - CIA em 04.08.2009
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

PROJETO LEI Nº. **63**
DE 17 DE JUNHO DE 2009.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE IPTU AOS IMÓVEIS LOCADOS POR TEMPLOS RELIGIOSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, enquanto perdurar a situação fática, os imóveis comprovadamente cedidos ou locados aos templos religiosos para o exercício de suas finalidades essenciais, especificamente relacionadas à celebração de cultos religiosos.

Parágrafo único - A isenção não dispensa as obrigações acessórias.

Art. 2º - A isenção será suspensa imediatamente quando constatada uma das seguintes ocorrências:

- I - o beneficiário venha a sublocar o imóvel;
- II - seja dada outra finalidade de uso para o imóvel;
- III - seja descumprida qualquer das obrigações acessórias previstas na legislação vigente.
- IV - seja apurado que o pedido para reconhecimento da isenção foi instruído com documentos inidôneos ou foram prestadas informações falsas ou incorretas.

Art. 3º - O benefício concedido deverá ser requerida anualmente pela entidade religiosa.

[Handwritten signature]





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

-fls. 02 -

Parágrafo único – O deferimento anual do pedido dependerá do parecer da fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda e Controle certificando se o imóvel continua sendo utilizado pela entidade religiosa.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Montes Claros, 17 de junho de 2009


Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 23 DE JUNHO DE 2009
[Assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO
MENTO TOMADA DE CONTAS
EM 23 DE JUNHO DE 2009
[Assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM SESSÃO POR
RÉGIME DE URGÊNCIA
EM 04 DE AGOSTO DE 2009
[Assinatura]
PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-2

Montes Claros (MG), 17 de junho de 2009.

Exmo. Sr.

Vereador Athos Mameluque Mota

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP- 156 /2009

Assunto: encaminhamento de projeto de lei.

Senhor Presidente.

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que ***“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE IPTU AOS IMÓVEIS LOCADOS POR TEMPLOS RELIGIOSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”***.

A Constituição Federal no Art 150º inciso VI, alínea "b" garante aos templos religiosos a Imunidade Tributária aos Templos de Qualquer Culto.

Contudo, na maioria das vezes é considerado para efeito de Imunidade de IPTU o templo de qualquer culto, cujo imóvel seja de propriedade da instituição religiosa, ou seja, a mesma ser detentora, ou possuidora do terreno e imóvel onde esta instalada.

Sabedor da garantia inserida na Constituição Federal, toma a iniciativa de estender para os prédios onde se fixam as igrejas que não são proprietárias dos imóveis, embora em instalações alugados ou cedidos possam obter os benefício a que faz jus.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 063/2009 QUE “Dispõe sobre a Concessão de Isenção do Pagamento de IPTU aos imóveis Locados por Templos Religiosos e dá outras providências, de autoria do Executivo.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A isenção do pagamento de tributos municipais aos templos religiosos já é prevista pela Constituição Federal em seu art. 150, inciso VI alínea b:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI - instituir impostos sobre:


b) templos de qualquer culto;

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto, tendo em vista que trata de assuntos de interesse local, ou mesmo em sua iniciativa.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 25 de junho de 2009.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros – MG

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 063/2009

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: “Dispõe sobre a Concessão de Isenção do Pagamento de IPTU aos Imóveis Locados por Templos Religiosos e dá Outras Providências.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 23/06/2009, com entrada na Sala das Comissões no dia 25/06/2009.

Compete à Comissão de Finanças e Orçamento, nos termos regimentais, emitir parecer sobre matéria a ela submetida.

A Assessoria Legislativa da Casa emitiu parecer de legal e constitucional.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei, em estudo, dispõe sobre a Concessão de Isenção do Pagamento de IPTU aos Imóveis Locados por Templos Religiosos e dá Outras Providências.

Tanto a Constituição Federal, art. 150, inciso VI, alínea b, quanto a Lei Orgânica Municipal, art. 16, inciso XIII, alínea b, estabelecem que é vedado ao ente federado instituir imposto a templos de qualquer culto.

Ademais, nos termos do art. 3º, parágrafo único do referido projeto de lei, o benefício concedido deverá ser requerido anualmente pela entidade religiosa e o deferimento anual do pedido dependerá da fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda e Controle certificando se o imóvel continua sendo utilizado pela entidade religiosa.

Assim, segue a conclusão:

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão é favorável à votação do referido projeto de lei pelo plenário.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2009.

Presidente: Rita Cristina de Souza Vieira:

Vice-Presidente: Antônio Silveira de Sá:

Relator: José Marcos Martins de Freitas:

[Handwritten signatures of Rita Cristina de Souza Vieira, Antônio Silveira de Sá, and José Marcos Martins de Freitas]